

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.192 - MG (2015/0102935-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

RECORRENTE : JOSÉ LINCOLN FONSECA

ADVOGADO : JOSÉ LINCOLN DA FONSECA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG045424

RECORRIDO : JOAO MARTIMIANO DE MORAIS

ADVOGADOS : LIBENCIO JOSE MUNDIN DA FONSECA - MG028549

JARBAS CAMBRAIA - MG025342

PEDRO HENRIQUE CARNEIRO DA FONSECA E OUTRO(S) - MG104628

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ LINCOLN FONSECA contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela Décima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em sede de apelação, assim ementado (e-STJ fl. 362):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - REPARAÇÃO CIVIL - PRAZO PRESCRICIONAL - TRÊS ANOS - ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. - O prazo prescricional para o ajuizamento de ação que busca reparação civil é de três anos, conforme disposto no art. 206, § 3º, V, do Código Civil. RECURSO NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 468/470 e 501/508).

Em suas razões, com amparo no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 40 e 54 do Código de Processo Penal; 316, 317, 319, 332, 333 e 344 do Código Penal; e 105, 131, 135, 265, 266, 333, 475-N e 535 do Código de Processo Civil de 1973.

Aduz que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, o Colegiado local deixou de se manifestar acerca da necessidade de suspensão do processo em razão do julgamento da ação penal.

Alega, ainda, a inexistência de prescrição, sustentando que a ação penal absolutória, que constitui título executivo judicial, somente transitou em julgado em

Superior Tribunal de Justiça

22/9/2011.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 579/585).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 599/600).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 2 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Assiste razão ao recorrente.

De início, a Corte de origem, com base nos fatos e nas provas dos autos, confirmou a sentença de primeiro grau que reconheceu a prescrição e extinguiu o feito com resolução de mérito, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 410/411):

[...]

Tendo em vista o caráter de prejudicialidade da matéria, analisaremos, em primeiro lugar, a prejudicial de mérito relativa à prescrição.

Antes, observamos que o apelante, como todo cidadão, tem o direito, constitucionalmente garantido, de representação, cabendo-lhe exercê-lo perante os órgãos competentes e pela via adequada. Passemos, assim, à análise da matéria que efetivamente compete a este órgão julgador.

A pretensão do apelante improcede. O art. 206, § 3º, V, do Código Civil, estabelece ser de três anos o prazo de prescrição da pretensão de reparação civil [...]

Inicialmente, pertinente o registro de que todos os procedimentos adotados contra o ora apelante, sejam eles na esfera civil, penal ou meramente administrativa, decorrem de um único fato ocorrido no ano de 2003, qual seja, a acusação de assédio sexual.

Dispõe o art. 189 do Código Civil que, violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206. Assim, a pretensão nasce com a prática do ato ilícito.

Como bem observou o magistrado, o suposto ato ilícito cometido contra o autor, ora apelado, teria ocorrido no ano de 2003 - quando foi acusado de assediar sexualmente várias meninas na piscina do Clube Caiçaras, exibindo para elas seu corpo nu -, e em 19-4-2005,

Superior Tribunal de Justiça

data da instauração do respectivo procedimento administrativo para apuração das denúncias, enquanto esta ação foi ajuizada somente em 5-5-2008.

Assim, independentemente da data que vier a ser considerada, esta ação foi proposta fora do prazo prescricional de três anos estabelecido em lei, pois o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é a data do evento danoso, razão pela qual deve prevalecer a sentença que reconheceu a consumação da prescrição.
[...]

Da análise dos autos, observo que o acórdão recorrido está em desacordo com a orientação jurisprudencial consolidada nesta Corte, bem como contrariando o disposto no artigo 200 do Código Civil de 2002.

O referido dispositivo assim estabelece:

Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

Da análise do mencionado artigo, verifica-se uma relação de subordinação "[...] entre o fato a ser provado na ação penal e o desenvolvimento regular da ação cível [...]" (AgRg no REsp n. 1.320.528/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Sidnei Beneti, julgado em 14/8/2012, DJe 4/9/2012). Eis a ementa do julgado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. CAUSAS INTERRUPTIVAS E SUSPENSIVAS. AÇÃO PENAL CONEXA.

1.- De acordo com o artigo 200 do Código Civil, a mera existência de uma ação penal não é suficiente para suspender o curso do prazo prescricional da ação civil conexa.

2.- Determina o dispositivo legal que "*quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva*". Como se vê, há de haver uma relação de subordinação necessária entre o fato a ser provado na ação penal e o desenvolvimento regular da ação cível.

3.- Como se sabe, não se exige, de ordinário, para a propositura de uma ação civil de indenização por danos decorrentes de

Superior Tribunal de Justiça

atropelamento a prévia propositura de uma ação penal contra o causador do dano até porque as responsabilidades civil e penal são, em princípio independentes. Não há, em princípio, portanto, nenhum fato que deva ser provado exclusivamente na ação penal, condicionado a propositura ou o prosseguimento da ação civil capaz de lhe obstar o fluxo do prazo prescricional.

4.- Agravo Regimental a que se nega provimento.

Apesar das responsabilidades civil e criminal serem distintas, em virtude das diferentes tutelas prestadas a diferentes bens jurídicos, o fato lesivo é o mesmo, guardando uma relação de prejudicialidade entre a ação penal já ajuizada, na qual se apura o evento danoso, e futura ação civil indenizatória.

Dessa forma, é de se reconhecer a natureza jurídica de causa impeditiva da prescrição a existência de ação penal em curso, como no caso dos autos, retomando o curso do prazo prescricional da pretensão reparatória cível somente com o trânsito em julgado da ação penal.

Portanto, tendo a presente ação civil sido ajuizada em 30/4/2008 e o trânsito em julgado da decisão condenatória ocorrido em 5/9/2011, imperioso concluir pela não ocorrência da prescrição.

Assim é o entendimento já pacificado desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO MATERIAL E DANO MORAL . 1. PRAZO PRESCRICIONAL. SUSPENSÃO. ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. APLICABILIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O art. 200 do Código Civil de 2002 dispõe que, "*quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva*".

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.720.865/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/5/2018, DJe 1º/6/2018).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. INDENIZAÇÃO. AÇÃO PENAL. PRESCRIÇÃO. SUSPENSÃO. ARTIGO 200 DO CC/2002.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL PROVIDO. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. "Tratando-se de ato que enseja, além da reparação civil, procedimento criminal, o lapso prescricional começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença definitiva penal" (AgRg no AREsp 377.147/SP, Quarta Turma, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 5/5/2014).

2. O acidente fatal ocorreu em 13/02/2003, enquanto a sentença penal, no âmbito da qual foi identificada a culpa exclusiva do agravante, transitou em julgado em 30/03/2009. Não se pode desconsiderar a existência, na hipótese, do processo penal para a aferição do lapso prescricional, como se este tivesse início na data do evento danoso e não sofresse suspensão nos termos do artigo 200 do CC/2002.

3. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no REsp n. 1.561.174/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/3/2019, DJe 20/3/2019).

Desse modo, a análise das demais teses aventadas no recurso especial fica, portanto, prejudicada.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para afastar a ocorrência da prescrição e determinar o regular processamento da ação indenizatória por danos morais e materiais.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora